

DO NANQUIM AOS SAIS DE PRATA: O PROJETO RESGATE “BARÃO DO RIO BRANCO” (1966-1995) E A DIGITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL BRASILEIRO NO EXTERIOR

FROM INDIA INK TO SILVER HALIDES: THE “BARÃO DO RIO BRANCO” RESGATE PROJECT (1966-1995) AND THE DIGITALIZATION OF BRAZILIAN DOCUMENTARY HERITAGE HELD ABROAD

MARIA RENATA DA CRUZ DURAN¹

Resumo

O Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” durante o século XX foi oficialmente uma conjunção de forças oriundas do Ministério das Relações Exteriores, da Fundação Biblioteca Nacional, do Ministério da Cultura e da UNESCO. Pode-se dizer que sua história se desenvolveu em 3 fases: a fundação entre 1966 e 1995, a execução entre 1996 e 2015, a digitalização entre 2015 e 2024. No artigo que se apresenta, uma história da primeira etapa de fundação do projeto, foi contada a partir de um acervo ainda inédito para o público mais alargado, os arquivos institucionais da Fundação Biblioteca Nacional.

Palavras-Chave: Projeto Resgate Barão do Rio Branco; Fundação Biblioteca Nacional; História do Brasil; História da Diplomacia no Brasil.

Abstract

The “Barão do Rio Branco” Resgate Project, throughout the twentieth century, was officially a joint initiative of the Ministry of Foreign Affairs, the National Library Foundation, the Ministry of Culture, and UNESCO. Its history can be divided into three main phases: the foundation (1966–1995), the implementation (1996–2015), and the digitization (2015–2024). This article focuses on the history of the project’s first phase—the foundational period—reconstructed from a largely unpublished collection: the institutional archives of the National Library Foundation.

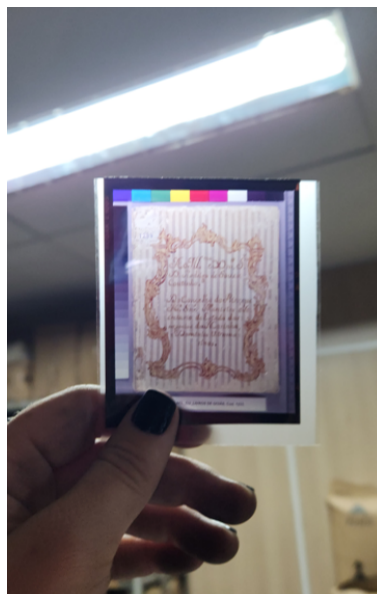
Keywords: *Barão do Rio Branco Resgate Project; Brazilian National Library Foundation; History of Brazil; History of Diplomacy in Brazil.*

¹ Professora Associada de História Moderna e Contemporânea na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: mrcduran@uel.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1949-4103>.

1. Introdução: o arquivo físico de um acervo digital

“a maior conquista documental já realizada no Brasil”
José Honório Rodrigues apud Bertoletti, 1997, p. 9

Fotografia 1 – Quadro (frame) de microfilme em gelatina de prata contendo reprodução fotográfica de documento manuscrito.



Fonte: Fotografia de Maria Renata da Cruz Duran, realizada durante missão da UNESCO ao Projeto Resgate, Teleponto da Fundação Biblioteca Nacional, setembro de 2024.

O que hoje chamamos de Projeto Resgate "Barão do Rio Branco" refere-se à curadoria, catalogação e microfilmagem de documentos históricos considerados de interesse para a História do Brasil, preservados em nove países: Portugal, Espanha, Itália, França, Estados Unidos, Bélgica, Áustria, Inglaterra e Holanda. Seus antecedentes incluem a cópia manuscrita desses documentos já no século XIX. Seus desdobramentos somam projetos de digitalização executados no Brasil, mas também fora dele. Para José Honório Rodrigues, cuja denúncia sobre as limitações de acesso à Biblioteca Oliveira Lima/BOL teria importante repercussão na história do projeto, o Resgate era uma conquista — tanto como ganho de capital cultural, quanto como avanço no campo das relações exteriores. Em 2025, o Projeto Resgate integrou a BOL à BN Digital, consolidando, em ambiente digital, mais uma das conquistas documentais anunciadas pelo historiador e comprovando a atualidade do projeto.

Inserida em um conjunto mais amplo de iniciativas institucionais, a pesquisa que fundamenta este artigo participou desse último processo, evidenciando que a escrita da história pode modificar as condições de circulação de suas próprias fontes e impulsionar as transformações digitais que reorganizam os regimes de conhecimento sobre o passado, estruturando as bases de dados que hoje influenciam novas formas de produção do saber. É a partir dessa premissa, também uma postura, que se apresenta aqui tanto uma história da primeira etapa do Projeto Resgate, quanto alguns dos motivos pelos quais o projeto deveria tornar-se uma política pública permanente na área de História.

A história do *Projeto Resgate* Barão do Rio Branco já foi contada diversas vezes por seus coordenadores, consultores, colaboradores e usuários². Nos casos já publicados foram privilegiados os resultados historiográficos, culturais e arquivísticos da operação. No material que se apresenta, a política pública, a administração institucional e as relações internacionais serão privilegiadas como modelos para uma reflexão sobre a replicabilidade, a sustentabilidade e o impacto do projeto. Não obstante, apresenta-se aqui uma história escrita a partir de um conjunto de fontes pouco conhecido do grande público: o acervo administrativo do *Projeto Resgate*.

Em 2024, o pequeno arquivo do *Projeto Resgate* era um sobrevivente da mudança do Palácio Gustavo Capanema que não parecia ter recebido a atenção de um merecido índice ou de uma necessária catalogação sistematizada. Além dos coordenadores do projeto, servidores e funcionários terceirizados da FBN, tiveram acesso ao material e é provável que cada um desses agentes tenha impresso suas digitais na poeira, na ordem e na manutenção do que se descreve.

No arquivo físico da história administrativa do *Resgate* o que se encontrava eram 2 salas que dividiam espaço com materiais musicais e publicações diversas da FBN. O *Resgate* ocupava uma sala e meia. Na primeira sala, limpa e organizada, cópias das coleções dos catálogos e guias produzidos no âmbito do projeto. Na outra sala, limpa, mas não totalmente

² É imprescindível assinalar que a longa história do Projeto Resgate foi tema de vários trabalhos historiográficos e, inclusive, objeto de uma tese de doutorado, intitulada “O Projeto Resgate Barão do Rio Branco: a documentação colonial brasileira dos arquivos europeus e Estados Unidos, seu impacto na historiografia e interdisciplinariedade”, defendida na Universidade de Salamanca por Antonio César Caldas Pinheiro, no ano de 2015. A tese deu grande atenção aos primeiros 100 anos de esforços de brasileiros na coleta de documentação sobre o Brasil em território estrangeiro que, como assinalou-se aqui, não constituíam um projeto articulado ou mesmo centralizado na ideia ou palavra “resgate”. Ainda assim, como aqui esse século foi apenas atravessado, recomenda-se a leitura do texto de Pinheiro, uma vez que se trata de um dos trabalhos científicos mais completos acerca do que hoje chamamos de Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

organizada, 4 arquivos de aço de 1,60 de altura, cheios de caixas de papelão e pastas polionda que avançam sobre os móveis. Dentro das caixas e gavetas, a poeira do tempo e materiais que, nos anos atuais, já contam com difícil acesso - como disquetes -, ou que foram mesmo apagados da nossa memória - como mensagens em fax que perderam a tinta.

Nesses arquivos encontrava-se uma pequena hemeroteca com recortes de jornais sobre o *Resgate*; conjuntos de documentos referentes a guias e levantamentos divididos por capitanias e também por estados, demonstrando o contato das administradoras do projeto com bibliotecas e acervos regionais; currículos de pesquisadores que procuraram o projeto ou que trabalharam nele; projetos de solicitação de financiamento a agências de fomento nacionais e internacionais; muita comunicação (cartas, telegramas, fac-símiles e impressões de e-mails) entre as coordenadoras e os agentes do MRE, da ABC, os diretores de instituições estrangeiras e os pesquisadores do projeto; além de cópias de guias e catálogos que orientaram o trabalho do *Resgate*; e um ou outro *frame* de microfilme.

Havia dois regimes de ordenação documental. Um primeiro que se referia à estante de Esther Caldas Bertoletti, que coordenou o projeto em sua primeira etapa, ainda que sob a direção de Wladimir Murtinho, como logo será explicado. Nesse grupo, as caixas são pretas e as referências gravadas são: "segunda estante à direita", "última gaveta", etc, referindo-se ao modo como o material estava disposto na sala de Bertoletti no Palácio Capanema. A maioria das pastas polionda e a hemeroteca fazem parte desse grupo. Entre o material impresso desse conjunto há muitas fotocópias de padronagem mais antiga, com algumas folhas coladas entre si. Há também muito papel em desgastado fac-símile, alguns já ilegíveis. Também se pode encontrar duas ou três preciosas impressões feitas em máquinas pioneiras como a Epson II (o Plano de Microfilmagem do Acervo de Obras Raras) e a Elebra Mônica (os primeiros projetos do *Resgate*).

O segundo conjunto, com caixas coloridas e muito material nas gavetas, foi registrado com a letra manuscrita de Kátia Jane Machado, servidora da Biblioteca Nacional e também coordenadora do projeto em momento posterior. Esse é o maior grupo documental que também incluía duas outras estantes, abertas, repletas de caixas de papelão. Esse grupo encontrava-se dividido em caixas com os nomes dos países em que as pesquisas do *Resgate* foram realizadas: "Estados Unidos", "Bélgica", etc. E de caixas com os nomes de algumas das frentes mais pontuais do projeto: "COLUSO", "José Bonifácio" (referindo-se à colaboração na edição do livro organizado por Jorge Caldeira em 2002), etc. Nos documentos impressos

havia muitas anotações com as letras manuscritas de ambas e, provavelmente, de outros servidores da FBN, colegas do MRE e do MinC. Havia também material manuscrito de embaixadores, nomeadamente Wladimir Murtinho e Carlos Asfora. É provável que parte da documentação contida no conjunto atribuído à organização de Machado tenha sido produzida durante a coordenação de Bertoletti, nomeadamente as pastas referentes à participação dos estados brasileiros no *Resgate*. Também se acredita, pela cronologia do projeto, que esse material residiu, por mais tempo, no quarto andar da Biblioteca Nacional e que tenha sido transferido para o Teleporto da FBN em 2020, quando a funcionária se aposentou.

Alguns dos materiais ali guardados tem caráter oficial, mas aparentemente nenhum deles tinha sido oficialmente arquivado, embora todos tenham recebido a salvaguarda do Teleporto. Existiam versões originais de decretos e acordos com as assinaturas das partes, por exemplo. Havia manuscritos, bilhetes, cartões de visita, recibos de hotéis, duplicatas e fac-símiles, como já se assinalou, mas nada indica que no momento de sua produção ou arquivamento, esses papéis e mídias foram considerados oficiais ou históricos nem por seus produtores nem por seus armazenadores. Por diligência e receio de prescindir de algo importante, os documentos ali contidos foram mantidos como foram encontrados.

Para mais, em meio às estantes que guardavam material de outras coordenações da FBN, estavam vários dos CD ROOMs avulsos do *Resgate*. Mas apenas 4 ou 5 conjuntos completos da caixa que foi distribuída para as universidades estão ali intactos. O acervo de microfilmes, do qual não havia uma única grande planilha impressa no acervo físico da história do *Resgate*, não está no Teleporto. Por questões técnicas de preservação, os microfilmes ficam guardados junto com os demais microfilmes da FBN, no porão da sede principal. Além desses dois conjuntos físicos, há, em servidor interno da FBN, um arquivo com os documentos digitais sobre o projeto que remontam ao período de 2018 até os dias atuais. Nesse acervo, os produtos de consultores contratados, a memória das reuniões e dos projetos e relatórios realizados compõem um acervo com menos de 1/2 GB. Em cópia digital, foi tomada a liberdade de uma reordenação do material. Não obstante, foram feitas cópias digitais dos documentos físicos considerados imprescindíveis para a história do *Resgate* e, em momento oportuno, espera-se poder publicar esse manancial.

A história do *Resgate* que se conta aqui, portanto, é aquela balizada pelos documentos encontrados nesse acervo tripartido. Obviamente, um estudo historiográfico do *Resgate* ou uma pesquisa cujas fontes fossem compostas de entrevistas com os participantes das etapas

mais antigas do *Resgate* iriam nos conduzir por outras paisagens. O caminho escolhido foi outro, o de uma história mais administrativa do projeto, em que políticas públicas, trabalho burocrático e agentes de financiamento protagonizaram a cena. Embora essa não seja uma história recorrente entre os historiadores locais, acredita-se que ela seja essencial para a manutenção, ampliação e a replicação de projetos de História do porte do *Resgate* e que mais histórias como essa poderiam trazer mais recursos financeiros e força política para a História do Brasil. Com a reabertura do Palácio Capanema, em 2026, e a transferência de algumas frentes de trabalho e arquivos da Fundação Biblioteca Nacional para esse edifício, é possível que a organização desse acervo passe por mudanças. Uma nova movimentação desse material poderá iluminar alguns caminhos não percorridos nesse artigo, mas sua publicação garantirá que certas estradas não sejam apagadas.

2. Do nanquim ao carbono (1838-1966)

Desde o início do século XIX, Januário da Cunha Barbosa, na qualidade de cônego da Capela Real, instituição responsável por registrar os documentos que salvaguardavam a genealogia das monarquias modernas, certidões de batizado, casamento e óbito, mas também como um dos primeiros diretores da Biblioteca Nacional, iniciou o processo de compilação dos documentos que interessavam à História do Brasil. Nessa época, ele teria sido nomeado sócio-correspondente de uma série de institutos de pesquisa histórica europeus, a exemplo do instituto napolitano, onde teria passado algum tempo em decorrência do exílio à que foi submetido por sua participação no processo de Independência do Brasil. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 1838, como secretário perpétuo, converteu a compilação de documentos em tarefa laica. Com o conhecido historiador Francisco Adolfo Varnhagem, essa prática foi oficializada e com o diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, teria se sistematizado, tornando-se uma responsabilidade auto-atribuída à diplomacia brasileira, então performada pelos intelectuais locais. No crepúsculo dessa primeira etapa, encontramos o diplomata José Manuel de Oliveira Lima recolhendo documentos que acabaria por doar a uma instituição confessional de ensino norte-americana, supostamente registrando seu ressentimento tanto pelo parco reconhecimento de seus esforços à História do Brasil, quanto pela falta de atenção dos governos brasileiros à própria História, mas também demarcando, no estratégico território de

Washington, a presença da cultura política brasileira. Nesses primeiros passos, o *Projeto Resgate* teria a importância de reunir, referenciar e garantir o registro daquela documentação que assegurava o nascimento e a manutenção sócio-cultural do território brasileiro, sua independência, sua unidade, sua História.

No cerne dos elementos e dos envolvidos nessa construção, encontrava-se o problema da soberania nacional sobre as informações que explicavam, demarcavam e garantiam a existência do país. A princípio, encontramos, portanto, um dos dínamos da História como área de conhecimento e método de pesquisa no século XIX: a corroboração dos Estados Nacionais, dos nacionalismos, da genealogia das comunidades, do patriotismo e seus correlatos. Todavia, é imprescindível destacar que não havia um projeto *Resgate* registrado ou financiado de uma maneira articulada e oficialmente estabelecida. Sequer o nome, “Projeto Resgate”, existia nessa época. Aliás, nem a própria etimologia da palavra “resgate”, como a recuperação de algo perdido, era aventada pelos autores mencionados. Referir-se ao período como uma pré-história ou como o início do *Resgate* é um anacronismo que se utiliza muitas vezes para reforçar certas tendências de interpretação do Brasil e aqui serve apenas para detectar o percurso institucional do interesse pela documentação histórica acerca do país fora dele.

No início dos anos 1920, com o Centenário da Independência do Brasil se aproximando, historiadores como Pedro Calmon, coordenador da comissão nacional das comemorações da efeméride, intensificaram a referência aos laços entre Brasil e Portugal, com o fito em desenvolver projetos conjuntos de intercâmbio e preservação do patrimônio histórico comum. A grande feira de novidades sediada no Rio de Janeiro, aliás, retomava, procurando modernizar, uma discussão acerca da noção e da importância do patrimônio histórico. A primeira guerra mundial, contudo, suspendeu as chances de intercâmbio e arrefeceu o afã internacionalista das comemorações dirigidas por Calmon. No bojo dos acontecimentos mundiais, mas também de novas percepções do patrimônio histórico, surgiram iniciativas como aquela coordenada por Mário de Andrade, nas missões da SEPHAN, a secretaria que depois iria se tornar o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. De alguma maneira, pode-se dizer que, entre 1920 e 1940, o Brasil preferiu conhecer o próprio Brasil, levantando, catalogando e salvaguardando aqueles elementos que eram considerados constitutivos de uma cultura nacional interna, cujo foco era pavimentar a soberania sobre a cultura do povo. Era o tempo da coleção sobre as bandeiras, do então diretor do Museu Paulista, Afonso de Taunay; dos estudos sobre a cultura oral, de

Câmara Cascudo; de uma transformação historiográfica promovida a partir de uma cultura mais interiorana, incentivada por Capistrano de Abreu.

Vinte anos depois, a realidade nacional, mas sobretudo a realidade internacional, era outra. O pós-guerra criou demandas e órgãos específicos, caso da própria UNESCO. Nesse período, firmou-se um conjunto de protocolos de cooperação entre Brasil e Portugal que culminaram no Decreto Legislativo no 41, de 7 de junho de 1950, quando o então presidente Getúlio Vargas assinou o reconhecimento mútuo e equivalência de diplomas de cursos de graduação e pós-graduação no Brasil e em Portugal; estabeleceu normas e formas de incentivo para intercâmbio entre professores universitários, cientistas, artistas e agente culturais dos dois países; criou até um prêmio que seria dedicado aos trabalhos científicos e culturais produzidos pelos países ou que fosse o resultado da parceria entre ambos, denominado prêmio Pedro Álvares Cabral. A duração do acordo era de 10 anos e, embora a história seja mencionada em todo o documento, não há uma alínea específica acerca de arquivos comuns ou bibliotecas compartilhadas³.

Em 7 de setembro de 1966, assinou-se em Lisboa um novo Acordo Cultural, retomando e renovando os laços criados entre 1948 e 1950. O fruto mais institucional desse acordo foi o Decreto Legislativo número 29, promulgado apenas em 1967. Esse acordo incluía um artigo específico sobre a produção cinematográfica, além de versar mais detidamente sobre a criação de cátedras de estudos dos dois países em suas respectivas universidades e instituições, ou seja, de alguma maneira o intercâmbio científico era freado em detrimento de uma internalização dos estudos sobre os dois países. Juracy Magalhães, ministro das Relações Exteriores do Brasil, e Alberto Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, se dispunham, logo no primeiro artigo do referido decreto a "apoiar a obra que no respectivo território, realizem as instituições consagradas ao estudo, à investigação ou pesquisa e à difusão da cultura da outra Parte Contratante". Nesse decreto, o

³ Mais recentemente, em apresentações do *Projeto Resgate* de 2022, há menções às pesquisas de Taunay na Espanha durante esse período que reforçam uma continuidade dos estudos de documentos históricos sobre o Brasil em território estrangeiro, mas não há material suficiente no acervo pesquisado para sustentar a existência de um projeto articulado ou a execução plena do Decreto 41/1950. Não obstante, muitos historiadores cedem à tentação de vincular o *Resgate* com as publicações de José Honório Rodrigues que, à frente do Arquivo Histórico Nacional, realizou visitas aos acervos brasileiros dos Estados Unidos, sobretudo à Biblioteca Oliveira Lima, denunciando o estado de conservação desses acervos como um demérito para a história do Brasil e advogando pela criação de um projeto que assegurasse a salvaguarda e a preservação desses acervos. Rodrigues, contudo, escreveu sobre o tema em suas publicações e movimentou a publicação de notas nos jornais da época, mas nem atribuiu o nome "resgate" a essas ideias, nem logrou ações institucionais nesse sentido, pelo menos de acordo com o acervo que serviu de base para o presente memorial.

foco eram as obras, os eventos, os artefatos da cultura e do conhecimento gerados localmente e não a sociabilidade internacional que poderia promover tal cultura e conhecimento. Ou seja, o foco estava em conhecer o outro e não em relacionar-se com ele. Esse foi o decreto que seria mais recorrentemente referenciado nos projetos que iriam "resgatar" a ideia de promover uma troca documental a partir dos anos 1970 e 1980.

Uma fotocópia do Acordo de 7 de setembro de 1966 é um dos documentos mais remotos do acervo físico do *Resgate* no Rio de Janeiro. Nessa cópia existe a anotação do ano ou número de "1948". As ligações anteriores a 1966, foram referidas nos jornais e livros que integram esse acervo pouco explorado, não organizado e já muito deteriorado, mas nenhuma delas foi anotada em manuscrito. Eis a razão pela qual aqui se estabeleceu o primeiro monolito do *Resgate*, porque foi num documento de 1966 que um documento anterior foi mencionado criando a "dobra" que à qual a ideia de um "resgate" alude. Não obstante, como se verá adiante, foi dessa pinça de tempo que a palavra "resgate" começou a ser usada com mais frequência.

3. Do carbono à prata (1970-1995)

Quando os movimentos de celebração dos laços entre Brasil e Portugal, assim como de busca dos documentos sobre o Brasil fora do Brasil começaram a ser referidos com o termo "resgate", havia, pelo menos, dois sentidos semânticos em jogo. Um que apontava a emulação da de certas tradições, procurando manter uma determinada ordem hierárquica e outro que buscava restituir as forças de vozes silenciadas, construindo novas ordens culturais. Em meio a disputas acirradas, emergia também um vetor tecnológico de poder. Entre as promessas da tecnologia, na década de 1970, estava, principalmente, a capacidade de preservação da informação e do conhecimento, tendo em vista a fragilidade do papel, dos edifícios, das instituições e das políticas de salvaguarda de um patrimônio comum. Havia também a questão do acesso. Não do acesso universal, elemento que apareceu mais tarde nessa seara, mas sim do acesso daqueles que eventualmente podiam entrar em litígio pela posse ou acesso ao documento. Tratava-se de um quadro geopolítico que incluía o que chamamos de pós-guerra, guerra fria e guerras coloniais. A quais governos deveriam pertencer os acervos de Jerusalém? Em qual lado do muro de Berlim deveriam ficar as canções dos irmãos Grimm? De quem

deveriam ser os documentos sobre a escravidão em Angola ou Moçambique? Onde deveriam ficar os cocares dos indígenas brasileiros?

Atenta a tais demandas e procurando regular intercâmbios internacionais que mantivessem a paz entre os países, em 23 de novembro de 1974, a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura, publicou a resolução número 4212 sobre o que denominou como a “transferência de acervos coloniais”. A resolução teria sido tomada durante a *18 reunião da Conferência Geral* deste órgão, realizada entre 17 de outubro e 23 de novembro do mesmo ano. Se pretendia ali consolidar um *Sistema Internacional de Informação sobre Investigadores Documentais*, oferecendo subvenções até um total de 82.500 dólares entre 1975 e 1976 para o estabelecimento de uma espécie de *Controle Bibliográfico Universal*, “que tenga por finalidad facilitar el acceso inmediato a la información bibliográfica sobre cualquier publicación en cualquier país”, conforme transcrito no item 4.211, tópicos a-iv e b-ii do referido documento. A resolução não trazia uma discussão nova à lume, estava baseada na *Conferencia Intergubernamental sobre el Planeamiento de las Infraestructuras Nacionales de Documentación, Bibliotecas y Archivos*, celebrada em setembro de 1974.

No Brasil, o tema não era novo. Desde 1970, quando tornou-se diretora da Biblioteca Nacional, Jannice de Mello Monte-Mór já vinha lidando com a temática nas 5 frentes que desenvolveu em seu inovador plano de gestão da instituição, que incluía: a preservação do patrimônio predial, a reordenação e preservação do acervo, um novo organograma/fluxograma institucional, a mudança no tipo de acesso público ao acervo e o reposicionamento da biblioteca como referência para esse tipo de instituição no país. Em pouco tempo, a bibliotecária já havia reorganizado todo o acervo dessa grandiosa instituição de acordo com indexadores internacionais, justamente com vistas a internacionalizar o sistema de buscas no acervo nacional, tornando-o, como a Library of Congress, uma referência no/do país. Além disso, Jannice Monte-Mór havia seccionado o acervo da biblioteca entre aquele material considerado de fluxo contínuo e aquele considerado histórico ou raro e vinha trabalhando junto aos servidores da casa em um plano de preservação dos documentos, livros e jornais que foram definidos como parte fundamental do acervo raro da Biblioteca Nacional. Atenta às novas tecnologias, a bibliotecária acenava com entusiasmo para a microfilmagem como uma saída global e sistemática para sua instituição. Não é à toa, portanto, que o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros - PLANO, tenha sido promulgado com seu apoio e colaboração um ano antes do final de sua gestão da Biblioteca Nacional, em 1979.

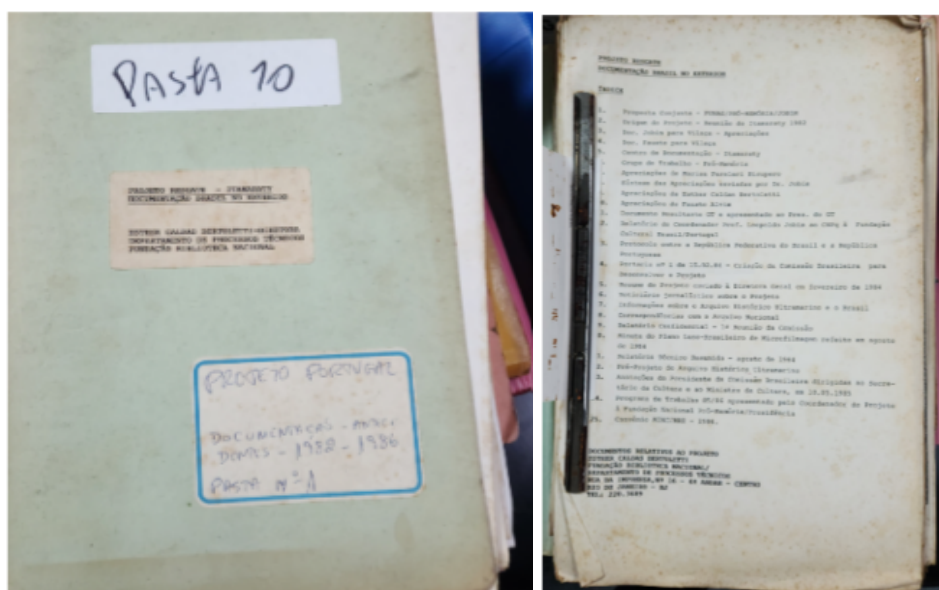
Entrementes, provocados pelo debate internacional e pela pujança das mudanças locais, pesquisadores brasileiros responderam ao tema, entre outras maneiras, pela “Nota sobre o levantamento e microfilmagem de documentos no estrangeiro relativos ao Brasil”, registrada pela Universidade de Brasília/ Centro Nacional de Referência Cultural, mediante o Relatório Técnico no. 6 de 25 de agosto de 1975, redigido pelo professor Rubens Borba de Moraes, professor emérito da UnB. Nessa nota, escreveu o célebre bibliófilo:

"O Governo e instituições particulares (o Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco, por exemplo) mandaram missões à Europa para copiar documentos. Alguns deram resultados apreciável, outros fracassaram. / Ultimamente universidades têm em andamento projetos semelhantes. Creio, até, que a UNESCO subvencionou um projeto. Não conheço os resultados positivos obtivos até agora, parece-me, porém que essas louváveis iniciativas carecem de um planejamento global de maneira a evitar duplicações e dispersão de esforços e dinheiro." (Moraes, 1975, p. 1).

Moraes apresentava ainda o que chamou de “working paper” onde afirmava que era necessário primeiro recrutar renomados historiadores para levantarem quais acervos estrangeiros tinham sido acessados e o que se tinha encontrado até então. Elaborados os guias de acervos sobre o Brasil, especialistas poderiam ser convidados a traçarem um plano estratégico para as novas “arqueologias”. Finalmente, jovens pesquisadores poderiam ser contratados para levantarem e copiarem os acervos estrangeiros. Isso feito, tratar-se-ia de criar um novo projeto, este preocupado em divulgar e tornar acessíveis os dados e documentos auferidos.

Ao que parece, sete anos se passaram até que a ideia fosse novamente abordada em um documento oficial. No acervo do Teleporto essa iniciativa está registrada nos documentos que conformam o conteúdo de uma preciosa pasta verde.

Fotografias 02 e 03: A pasta verde e seu sumário



Fonte: Capa e Sumário da “Pasta Verde” na sala 01 do Projeto Resgate, Teleporto/FBN, Fotografia tirada em Missão UNESCO de Setembro de 2024.

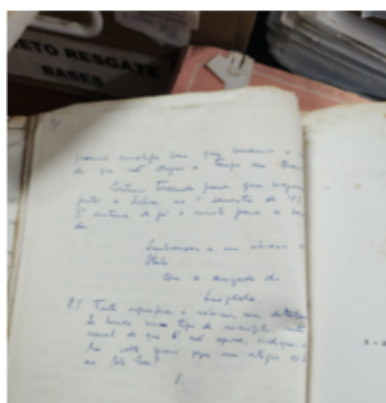
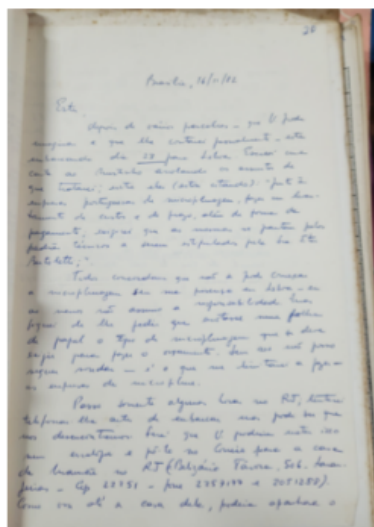
A pasta verde que se apresenta em uma das caixas do Teleporto contém duas numerações. Como pasta 10, inscreve-se como “Projeto Resgate - Itamaraty” e apresenta Esther Caldas Bertoletti como diretora do Departamento de processos técnicos da FBN. Como pasta de número 1, seu título é “Projeto Portugal. Documentação Antecedentes 1982-1986”. Um índice apresenta os 25 documentos originais que compõem a pasta, uma das mais importantes do acervo.

Tendo a Fundação Alexandre de Gusmão como “autora”, o Projeto intitulado “Arquivo Central de microfilmes dos documentos relativos ao Brasil no exterior” (grifos meus) apresenta-se, em anotação com a letra de Bertolette, como “pré-reunião”, ou seja documento preparatório para a primeira reunião oficial acerca desse projeto, mas também como “relatório Jobim”, dando a entender que Leopoldo Collor Jobim seria um dos próceres do projeto. Vale esclarecer que Leopoldo Collor Jobim era um dos filhos do diplomata José Jobim, que foi assassinado durante o regime militar após mencionar a redação de uma história da Usina de Itaipu baseada em uma documentação especial, colhida no âmbito do MRE, em território estrangeiro.

Voltando ao *Resgate*, o “relatório Jobim” apresenta a FUNAG, mas também a Fundação Nacional Pró-Memória como as “instituições coordenadoras” do projeto. A proposta era coligir documentos e diplomas importantes para a história do Brasil. Entre as primeiras atividades, propunha-se uma reunião em Brasília a fim de se discutir os rumos do projeto. A lista de convidados incluía muitos professores, embaixadores e representantes de órgãos governamentais relacionados à memória e ao patrimônio histórico. Entre os muitos historiadores aventados estavam: Katia Matoso, Pedro Calmon, José Honório Rodrigues, Carlos Guilherme Mota e Fernando Novais.

Há uma listagem com um sinal especial junto a essa documentação indicando aquelas pessoas que efetivamente participaram da reunião, os nomes são: Marisa Ricupero (Fundação Pró-Memória), Marta Maria Gonçalves (Diretora do Arquivo do MRE), capitão Max Justo Guedes (Centro de Documentação da Marinha), Pedro Calmon (IHGB), Plínio Doyle (Fundação Casa de Rui Barbosa), Olympio Serra (Fundação Pró-Memória), Raul Lima (IHGB), Rubem Borba de Moraes, Wladimir Murtinho (FUNAG), Lucia Gazeta Aleixo (UFMG), Maria Beatriz Nizza da Silva (USP), Maria do Carmo Nabuco (Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade, Maria Tetis Nunes (UFS), Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça (Pró-Memória), João de Souza Leite (Pró-Memória), João redor de Carvalho (Centro de Estudos Amazônicos da Universidade do Amazonas), José Honório Rodrigues, José Sebastião Witter (Arquivo do Estado de São Paulo), José Seixas Lourenço (Museu Paraense Emílio Goeldi), José Tomás Nabuco, Lia Temporal Malcher (Associação dos Arquivistas), Caio César Boschi (UFMG), Cecília Westphalen (UFPR), Célia Zaher (BN), ministro Augusto Estellita Lins (MRE), Martha Maria Gonçalves (Arquivo Histórico do Itamaraty), Isa Adonias (Mapoteca Histórica do Itamaraty), Lidia Combacau de Miranda (Biblioteca Histórica do Itamaraty)

Fotografias 04 e 05: Carta manuscrita de Leopoldo Collor Jobim sobre o projeto Resgate



Fonte: Carta de Leopoldo Collor para Esther Bertolette, na sala 01 do Projeto Resgate, Telepono/FBN, Fotografia tirada em Missão UNESCO de Setembro de 2024.

É possível que a carta manuscrita de Leopoldo Collor Jobim seja um dos mais preciosos documentos do acervo sobre o *Resgate* no Teleporto, uma vez que há poucos originais entre as muitas cópias e impressões digitais desse arquivo. Datada de 16 de novembro de 1982, a carta foi destinada à “Ester” (Bertolette) e começa *in media res*, como é comum às histórias que realmente interessam saber. Collor Jobim anuncia, em menos de 7 dias, sua viagem para Lisboa e afirma que já tinha informado, por carta, o embaixador

Wladimir Murtinho. Segundo Collor Jobim, sua agenda em Lisboa envolvia contactar empresas portuguesas para averiguar as circunstâncias e custos da microfilmagem, que pretendia fazer conforme o conhecimento técnico de Bertoletti. O historiador reforçava o quanto a amiga, a quem convidava para uma “bacalhoadá” em sua casa, era importante para o projeto e destacava que esperava que já em 1983 pudessem estar juntos em Lisboa a fim de cumprir com o objeto das suas expectativas. Em nota, solicitava, mais uma vez, as referências técnicas do processo de microfilmagem.

No relatório apresentado por Leopoldo Collor Jobim em 26 de janeiro de 1984 à Célio da Cunha, Superintendente de Desenvolvimento Social do CNPq, que financiou essa missão exploratória, verifica-se o sucesso da viagem mencionada em carta enviada à Esther Bertollette no ano anterior. Segundo Jobim, além da criação de uma Comissão Luso-Brasileira para gerenciar o projeto, com uma primeira reunião prevista para fevereiro de 1984, também houve entendimento com a Fundação Calouste Gulbenkian, o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e o Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa/Universidade Católica. O documento mais importante de seu relatório foi mencionado no item 1 e se trata do “Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa”, assinado em Lisboa no dia 15 de dezembro de 1983.

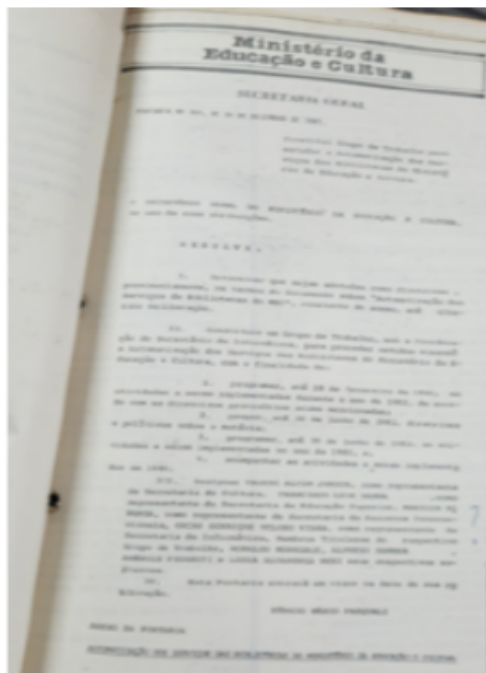
Com referência ao ano de 1982, a Fundação Nacional Pró-Memória registrava uma “Minuta do Programa Integrado de Microfilmagem de Documentos Brasileiros”, como justificativa do projeto se apresentava o item “2. A integração documental”, no primeiro parágrafo desse item se pode ler o objetivo primordial da proposta: “Um programa que vise a integração da memória nacional é simultaneamente uma atitude política, resolvendo de modo satisfatório o problema da dissociação dos documentos brasileiros: documentos de acervos nacionais/documentos de acervos estrangeiros, o que dificulta a utilização historiográfica e a consulta política” (grifos meus)”(p. 25). No terceiro parágrafo desse item, ainda se apresentava em destaque (sublinhado pelo autor): “A integração das reproduções num sistema de fluxo possibilita uma “abertura democrática”na política de acesso e consulta documental” (p. 25), do que se depreende tanto a consciência de que a utilização da tecnologia poderia favorecer a democracia, quanto o empenho em fazer dessa pedagogia uma política.

Para mais, no item 3, “Perfil documental”, se afirmava em destaque que “O conteúdo memorial e historiográfico está na mensagem que o documento encerra e não obrigatoriamente na relação de propriedade que vincula o documento” (p. 27). A importância

desse item reside na noção de soberania em relação a documentos históricos que, pouco a pouco, a década de 1980 iria desenvolver, concebendo, em decorrência do posicionado de lideranças como a UNESCO, com sua normativa de 1974 sobre a descolonização dos acervos, o patrimônio histórico de uma maneira distinta do que até então se concebia. No item 4, “aspecto operativo” se propunha a manutenção desse projeto em “caráter permanente”, uma vez que a organicidade da história e a vitalidade da historiografia criavam sempre novas pautas de estudo e pesquisa sobre a identidade e a cultura brasileiras.

Pela Portaria no. 304 de 30 de dezembro de 1981 do Ministério da Educação e da Cultura, constituiu-se o “Grupo de Trabalho para estudar a Automatização dos Serviços das Bibliotecas do Ministério da Educação e da Cultura”. Esse GT tinha um prazo exíguo que implicava em executar as atividades previstas em 1983. Compunham o quadro: Fausto Alvim Júnior, da Secretaria de Cultura; Francisco Luis Danna, da Secretaria de Ensino Superior; Marília Miranda, da Secretaria de Assuntos Internacionais; e Oscar Henrique Veloso Viana, da Secretaria de Informática. O principal resultado desse GT foi a produção do Ofício de no. 065/83, enviado em 04/02/1983 ao secretário Marcos Villaça. O conteúdo desse ofício era uma revisão do projeto, mas também um primeiro levantamento dos custos do projeto. Destacava-se a dificuldade de justificar elevados gastos federais no estrangeiro, propondo-se a redução dos custos “do exterior”, acredita-se que pela contratação de brasileiros no exterior, ainda que isso não esteja escrito no documento. Além do mais, se estima, no item 7.2, que a digitação de documento bibliográfico em planilha “tipo CALCO” implicaria em um custo individual de Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros), perfilando um total de 4 milhões de cruzeiros para a ação de indexação do projeto. Não obstante, se calcula que cada fotograma microfilmado teria um custo de 40 cruzeiros e que o total previsto era da ordem de 10 milhões de cruzeiros. Informava-se em item seguinte que nenhum desses cálculos, contudo, deveria ser feito em cruzeiros, mas sim em dólares, dada a inflação não apenas no Brasil, mas também nos países envolvidos. Ao que parece, esse GT também apresentou um anteprojeto que foi avaliado por uma comissão, também denominada como GT, mas composta por alguns dos especialistas presentes na reunião do Itamaraty de 1982.

Fotografia 06: A portaria de 1981



Fonte: Fac-símile da Portaria no. 304 de 30 de dezembro de 1981 do Ministério da Educação e da Cultura, constituindo o GT de Automatização dos Serviços das Bibliotecas, na sala 01 do Projeto Resgate, Teleponto/FBN, Fotografia tirada em Missão UNESCO de Setembro de 2024.

O anteprojeto apresentado pelo primeiro GT mencionado envolveria países africanos, por financiamento UNESCO; Portugal, por financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e o Brasil, por financiamento CNPq. Sua justificativa era que “O acesso à informação é um direito consagrado pelo Estado Moderno”(p. 70). Um dos seus objetivos era “6.4.1. Estabelecer contatos através da delegação do Brasil na UNESCO com os países africanos de expressão portuguesa e com a República da Índia para angariar sua adesão ao Projeto”(p. 70). Submetida à análise dos pares, a minuta de projeto ganhou algumas ressalvas. Leopoldo Collor Jobim recomendava que o escopo documental fosse melhor recortado para não fazer-se

inexequível e que as universidades fossem convidadas a contribuir. Marisa Ricupero, em 23/06/1986, propunha o alinhamento do Arquivo Nacional ao projeto, bem como maior destaque ao MRE e à FUNAG, dada a necessidade de valer-se das “facilidades de apoio estruturais que a rede diplomática dispunha”, bem como a importância de não “ignorar a contribuição que pode ser prestada ao projeto por um pessoal especializado, com convivência, contatos e conhecimentos - em alguns casos, profundos - do próprio material relativo ao Brasil no exterior”. Em carta de nº 130, datada de 01/09/1983, Bertoletti remetia-se ao Dr. Roberto Moreira, “Presidente do GT/ Projeto de Microfilmagem da documentação existente no exterior”. Em sua carta, Bertoletti indicava dois caminhos. Primeiro o do guia de microfilmagem produzido pela BN no âmbito do PLANOR, demonstrando que já havia parâmetros técnicos para o desenvolvimento de trabalhos como aquele proposto pelo GT e, ainda, que ela, como uma das diretoras desse projeto poderia conduzi-lo. Depois, apontava para o trabalho de Caio Boschi na renovação do levantamento dos documentos de interesse do Brasil em arquivos estrangeiros, assinalando a importância de acrescentá-lo ao projeto.

Assim é que o “Projeto de Elaboração de um Arquivo Central de Microfilmes relativos ao Brasil existentes no exterior”, produzido pela Fundação Alexandre de Gusmão e apresentado no Palácio do Itamaraty do Rio de Janeiro em 1982, tendo o prof. dr. Leopoldo Collor Jobim como uma espécie de liderança serviu como pontapé inicial para o projeto Resgate “Barão do Rio Branco”. Segundo Collor Jobim,

“Os prejuízos irreparáveis para o estudo da História do Brasil oriundos de um lado, da inacessibilidade das fontes históricas primárias no exterior e de outro, do irrecuperável estado a que documentos antigos são condenados quando não convenientemente tratados” (Collor Jobim, 1982, p. 1)

Estava implícito que, para Collor Jobim, a documentação referente ao Brasil em arquivos estrangeiros padecia de uma falta de cuidados, dada a sua desimportância para os países onde se encontravam. Tal leitura estaria vinculada ao plano geral de estudos que o documento de Collor Jobim referenciava, elaborado pelo historiador José Honório Rodrigues e publicado como “A Pesquisa Histórica no Brasil”, em 1952. A obra teria sido um dos frutos da visita do renomado historiador ao acervo da Biblioteca Oliveira Lima, já relegada aos porões da Universidade Católica de Washington. No afã de custodiar a documentação brasileira em território estrangeiro, a operacionalidade propiciada pela participação da rede diplomática brasileira era considerada essencial no documento de Collor Jobim.

Joaquim Nabuco, Manuel Cícero, Luis Camilo Oliveira Neto, Jaime Cortesão, João Cabral de Melo Neto e Cícero Dias foram citados como alguns dos mais recentes diplomatas que tinham seguido os passos do Barão do Rio Branco no "resgate" da cultura nacional. Com base nessa linhagem, Collor Jobim atribuía à FUNAG e à Fundação Pró-Memória, da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, o papel de entidades promotoras e coordenadoras do "Projeto de Elaboração de um Arquivo Central de Microfilmes relativos ao Brasil existentes no exterior". Não obstante, o documento previa, na alínea "d", a "preparação de um projeto para a microfilmagem da documentação brasileira até 1822, no Arquivo Ultramarino de Lisboa pelo pesquisador Leopoldo Collor Jobim (PUC-RGS e UnB)" (COLLOR JOBIM, 1982, p. 3). Essa alínea sozinha iria ocupar boa parte dos esforços do Projeto *Resgate*, bem como iria materializar seus objetivos, estabelecendo uma meta plausível para o incremento de uma ideia há muito alentada. Talvez justamente em função disso é que, em 15 de dezembro de 1983, mediante o "Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa", assinado em Lisboa, se firmava, finalmente, a dupla intenção de

"Elaborar, em comum, um projeto para a microfilmagem de documentos de interesse para a História Nacional de Portugal e do Brasil existentes em seus respectivos arquivos. Consignar a sua intenção de examinar, em conjunto, quando solicitados, a possibilidade de participação de países de tradição cultural comum nesse projeto" (BRASIL-PORTUGAL, 1983, p. 1)

Entre as ações práticas apresentadas para a execução dessas intenções, se apresentava a Portaria nº 1 de 15 de fevereiro de 1984, assinada em Brasília, pelo secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, designando uma comissão composta pelo "dr. Leopoldo Collor Jobim, consultor para a documentação histórica da Fundação Nacional Pró-Memória; pela Dra. Esther Caldas Bertoletti, coordenadora de Restauração e Microrreprodução da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e pelo conselheiro Paulo Renato Costa Rodrigues Rocha Santos, do Departamento de Cooperação Cultural e Divulgação do Ministério das Relações Exteriores".

Em Portugal, uma movimentação similar de burocratas foi desencadeada para efetivar o projeto. Tal é o que se pode verificar na análise do 0f9-Circ.2320/403/970-4/82, remetido ao diretor do AHU por Joaquim Alberto da Cruz e Silva, então presidente da Junta de Investigações Científicas do Ultramar/ Ministério da Educação e das Universidades. Nesse documento, que faz parte do acervo do AHU e que nos foi gentilmente cedido por uma das consultoras UNESCO do projeto, Erika Simone, a facção portuguesa da comissão de

microfilmagem deveria ser composta por: Dr. Pereira da Costa, Director do Arquivo da Torre do Tombo; Dr. Isaú Santos, Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino; Dr. João Pinto Versteeg, Director dos Serviços de Acção Cultural do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Não obstante, 3 reuniões foram realizadas para planejar os trabalhos. Na primeira, cuja ata se encontra em anexo ao mesmo documento, realizada no dia 26/01/1984 fez-se um levantamento prévio do volume de documentação a ser mobilizado e decidiu-se por definir uma comissão que pudesse elencar especificamente os documentos a serem explorados pelo projeto. Na segunda reunião, em 08/02/1984, definiu-se a importância de deixar mais claras as regras de intercâmbio documental, indicando, por exemplo, o prazo de 90 dias para fornecimento das cópias em saís de prata da microfilmagem original. Em 15/02/1984 revisou-se a versão final do acordo que seria assinado tão logo possível. Nesses termos, o acordo possuía uma versão brasileira e uma versão portuguesa que seriam objeto de alinhamento entre os diplomatas de ambas as partes. Note-se, na sutileza das demandas de ambas as partes, a importância da presença dos diplomatas na elaboração do projeto, bem como a proeminência que os muitos embaixadores que o lideraram alcançaram aí. De todo modo, não será possível dizer que qualquer outro diplomata tenha exercido maiores responsabilidades ou esforços que Wladimir Murтинho, por essa e outras razões, conhecido como “embaixador da História do Brasil”. É verdade, entretanto, que já nesses primeiros documentos, sobressai o nome de Esther Bertoletti.

Em 1984, Esther Caldas Guimarães Bertoletti tinha 42 anos de idade. Filha de um deputado baiano, Oswaldo Caldas, Bertoletti se formou em Jornalismo no ano de 1964 (PUC) e em Direito (UFRJ) no ano seguinte. Casada com o italiano Ítalo Guimarães Bertoletti, antigo assessor de Juscelino Kubitschek, viveu em Roma por cerca de 10 anos, enquanto criava as filhas gêmeas e trabalhava na Rádio Vaticano⁴. Nessa época, teve contato próximo com a família do embaixador José Jobim, se tornando “muito amiga de seus filhos, o Leopoldo (infelizmente falecido) e a Lyginha” (BERTOLETTI, 20/02/2003, carta ao embaixador Oto Maia, Acervo *Resgate* Teleporto/FBN). Em meados de 1975, já de volta ao

⁴BERTOLETTI, Esther. “Saber a história local significa conhecer a história do mundo”. Entrevista concedida a A Região. **A Região**, 7 set. 2002. Disponível em: <https://aregiao.com.br/entrev/e-esther.htm>. Acesso em: 1 jun. 2026. BERTOLETTI, Esther. Os pesquisadores diante de um desafio: Chegou a hora de repensar a história da colônia. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, 2002. EX-SECRETÁRIO de Juscelino Kubitschek visita Museu do 9º BPM. **Barbacena Mais**, Barbacena, 19 ago. 2016. Disponível em: <https://www.barbacenamais.com.br/cotidiano/19-cidade/5618-ex-secretario-de-juscelino-kubitschekvisita-museu-do-9-bpm>. Acesso em: 1 jun. 2026. SCHAUN, Maria. **O elo perdido**. Ilhéus: Editus, 1999. 148 p. Disponível em: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais_20140513/o_elo_perdido.pdf. Acesso em: 1 jun. 2026.

Brasil, ingressou como funcionária do Ministério da Cultura, na Fundação Casa de Rui Barbosa, estabelecendo uma colaboração cada vez mais crescente com a Biblioteca Nacional.

Uma das centelhas dessa colaboração parece ter sido a redação, junto com a servidora da biblioteca, Maria José da Silva Fernandes, falecida em 2024, de um plano para a microfilmagem dos documentos considerados raros e de valor histórico. Esse plano, 5 folhas impressas provavelmente por uma "Mônica", certamente terá um original gravado em um dos muitos disquetes 3 1/4 depositados no acervo do Teleporto e pode ser considerado uma das relíquias do dito acervo. Outra centelha foi a sua participação no levantamento dos jornais que deveriam compor a ampliação da hemeroteca da Biblioteca Nacional, um dos planos de incremento e atualização do acervo da casa implementado por Jannice Monte-Mór entre 1970 e 1979. Como se sabe, a hemeroteca teve um aumento exponencial nesse período e o pequeno projeto de microfilmagem parece anterior ao famoso PLANOR, Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras, lançado em 1983. Com tais referências no currículo, o ingresso dessa jornalista baiana tão bem relacionada na referida comissão teve impacto *sine qua non* para a efetiva criação do projeto *Resgate*, como veremos adiante.

Desde 1970, portanto, tanto a BN quanto Esther Caldas Bertolette desenvolviam projetos que antecipavam as ideias desenvolvidas no *Projeto Resgate*. Tal é o caso dos Processos 70.0010/86 e 70.0011/86, denominados como “Microfilmagem e Transcrição dos Livros da Câmara Municipal de São Luís” e “Laboratório de Restauração e Conservação de Papéis”, em que, numa parceria do CNPq com a Secretaria Municipal de Cultura de São Luís se empreendia a microfilmagem de documentação local com vistas à integração do acervo da Biblioteca Nacional. Nesse projeto pode-se observar que Esther Bertolette foi convidada a visitar o Maranhão a fim de dar seu parecer técnico sobre os projetos e alinhá-los ao escopo da Biblioteca Nacional. Em outros documentos do Teleporto também é possível verificar o papel decisivo que a jurista e comunicadora desenvolveu na elaboração do acervo da hemeroteca da BN, ajudando a reunir, sistematizar e microfilmar o que é atualmente o acervo mais acessado da instituição.

Em 1987, a comissão ocupada dos documentos sobre o Brasil fora do Brasil lograva executar sua tarefa por meio do “Acordo de Intercâmbio Cultural entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Portuguesa, através da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca Nacional de Lisboa”. Nesse acordo, assinado no Rio de Janeiro em 03 de abril de 1987, considerando “as implicações na transferência de

informação, sua interdependência e transnacionalidade”, pela primeira vez, se mencionava a necessidade de estabelecer normas de compatibilidade nos processos de informatização. Eis o germe de uma discussão que depois ganharia o nome de interoperabilidade na paisagem do Software Livre e da importância de códigos fontes abertos no compartilhamento dos dados. Esse documento ainda era especialmente inovador porque apresentava o quinto centenário da “Descoberta do Brasil” como um recorte temporal comum a ser atendido pela oferta de acesso aos documentos. Esperava-se poder renovar a História do Brasil e de Portugal com a disponibilidade de um manancial de documentos amplo para um maior número de pesquisadores e, sobretudo, para pesquisadores iniciantes, cujo prestígio ainda não franqueava a coroação de financiamentos internacionais para pesquisa. A vigência do acordo era, contudo, limitada a 3 anos.

É importante lembrar que, ainda em 1987, criou-se a Agência Brasileira de Cooperação, por meio do Decreto Nº 94.973. Nessa altura, a ABC era uma parte da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), situada no organograma do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Seu primeiro diretor foi o sociólogo e diplomata Luiz Felipe Lampreia. Como é típico de toda reordenação burocrática, a ABC enfraquecia um pouco o grupo gerido por Paulo Renato Costa Rodrigues Rocha Santos. Era, pois, necessário reposicionar a proposta de cooperação documental entre Brasil e Portugal. Mas, antes disso, era necessário fortalecer a ABC e a tarefa não era simples. Além de equacionar a cooperação técnica efetivada por meio de organismos como a UNESCO, o PNUD e o Banco Mundial, a ABC ainda deveria equilibrar forças tais como aquelas abaladas em 1984 pela promulgação da lei n. 7.232, de 29 de outubro, em que se estabelecia uma Política Nacional de Informática, favorecendo a indústria nacional pela garantia de uma reserva de mercado que duraria 8 anos.

Embora pareça obtuso aludir à PNI dos anos 1980, é mister reconhecer que ela teve um forte impacto sobre os planos de cooperação alentados no campo da História do Brasil. Isso porque, se em 1975 a microfilmagem de documentos era considerada uma tecnologia de ponta, dez anos depois, já não se podia dizer o mesmo. Não obstante, se em livre mercado o comércio de artefatos de tecnologia e informática era regulado por um órgão que subsumia ao famoso SNI (Serviço Nacional de Informação), representando uma espécie de repressão da economia e da indústria nacional; no âmbito dos órgãos que compunham o estado brasileiro, como a Biblioteca Nacional, o Ministério da Cultura e a ABC, seu poder coercitivo era ainda maior. Nesse sentido, a execução de um projeto de cooperação internacional que implicava na

utilização de recursos tecnológicos de informática encontrou barreiras que diminuíram sua velocidade. Tanto porque o desenvolvimento da indústria de tecnologia aplicada à informação estava comprometido com um projeto político, quanto porque a formação de profissionais foi restringida às práticas locais, limitando a visão dos gestores de políticas públicas.

No final de 1987, recém-chegado da Dinamarca, o diplomata Wladimir Murtinho foi convidado a assumir a direção do Instituto Nacional do Livro (INL). Wladimir do Amaral Murtinho, filho de diplomata, nasceu em São José, na Costa Rica, em 1919. Vinte anos depois, tornou-se também um diplomata. Uma de suas primeiras ocupações foi chefiar o Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores. Depois, foi ele o diplomata responsável pela supervisão da construção do atual Palácio do Itamaraty, bem como pela transferência do acervo do ministério do Rio de Janeiro para Brasília. Nessa transferência, realizada na década de 1960, Murtinho atuou também como uma espécie de curador para a composição do retrato da cultura e da história brasileira que se pode observar em visita ao Palácio do Itamaraty. Essa curadoria implicou na busca, recolhimento, restauração e exposição de uma série de obras expatriadas sobre o Brasil como, por exemplo, o quadro de Jean Baptiste Debret retratando a coroação de d. Pedro I em 1822. Ao reunir obras de arte consideradas como patrimônio brasileiro, Murtinho teria também acendido a centelha da repatriação da documentação histórica nacional e, desde então, foi considerado por Esther Caldas Bertoletti como o principal mentor do projeto *Resgate*.

Entre 1974 e 1979, Murtinho circulava em Brasília como Secretário da Educação e da Cultura do Distrito Federal e, entre 1981 e 1984, como diretor do Instituto Rio Branco. Em 1984, Murtinho teria negociado a definição do Brasil como tema para a prestigiada Feira Internacional do Livro de Frankfurt. Não é de se estranhar, portanto, que em 1987 fosse convidado a dirigir o Instituto Nacional do Livro. O INL, aliás, foi uma instituição criada durante o segundo governo de Getúlio Vargas com o objetivo de promover a leitura e o livro no Brasil. Entre os muitos intelectuais célebres que já tinham atuado nessa instituição, é mister destacar os historiadores José Honório Rodrigues, responsável, na década de 1950, por uma importante denúncia acerca da qualidade da manutenção de acervos nacionais em territórios internacionais, e Sérgio Buarque de Hollanda. Quando o diplomata Wladimir Murtinho assumiu sua direção, ele transferiu-se para a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, onde o INL funcionava. Ali, criou o Programa de Apoio à Tradução de Obras de Autores Brasileiros no Exterior, que inaugurou a diretoria de relações internacionais da BN.

Não obstante, Murtinho acompanhou a reestruturação do setor pela promulgação da Lei nº 7.624, de 5 de Novembro de 1987. Essa legislação criava a Fundação Nacional Pró-Leitura, que junto à Fundação Nacional de Artes Cênicas - FUNDACEN e a Fundação do Cinema Brasileiro - FCB, visava promover a cultura nacional. É importante esclarecer que a Pró-Leitura abarcava, ou seja, executava a direção tanto da Biblioteca Nacional, quanto do Instituto Nacional do Livro e que, entre 1988 e 1990 quem presidiu a Pró-Leitura foi Wladimir Murtinho. O desafio era especialmente complexo porque entre 1986 e 1990 o setor cultural foi impulsionado pela lei Sarney, que depois evoluiu para a lei Rouanet. A lei Sarney foi inicialmente proposta em 1972, mas só foi promulgada em 1986, como lei no. 7.505/86. Nessa lei, se previa o abatimento do Imposto de Renda de empresas e indústrias em favor de projetos culturais. Seu resultado mais palpável foi um investimento maior e mais dinâmico de recursos no setor cultural.

Em 1991, Murtinho deixou o Rio de Janeiro rumo à Brasília, a fim de coordenar a superintendência responsável pela região centro-oeste do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, em seguida, à Secretaria de Cultura da Presidência da República. Entre 1993 e 1995, ocupou o posto de Secretário de Intercâmbio e Projetos Especiais do Ministério da Cultura e entre 1995 e 2001 foi assessor direto do ministro da cultura, Francisco Weffort. Nesses cargos desempenhou várias funções, representante do ministério da cultura na EXPO 98 e do Brasil nas comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, ambos realizados em Portugal. Mais do que isso, desde 1989, ano em que Leopoldo Collor faleceu prematuramente, foi o coordenador geral, político e estratégico, do projeto *Resgate*, enquanto Bertoletti ocupava a coordenadoria técnica do projeto.

Entrementes, além da morosidade promovida pelos debates em torno da PNI, da Pró-Leitura, da composição da ABC/MRE, e da própria ebulição provocada pelas eleições de 1989, a redemocratização do país tornava urgentes e sempre mais complexas as pautas culturais. Novo ministro da cultura, o linguista Antonio Houaiss iria emergir como um aliado do *Resgate*, que veria no projeto de circulação de fontes históricas uma importância ainda não explorada: a conscientização do compartilhamento da história da língua portuguesa.

Em 1993, com o “Memorandum de entendimento entre os Ministérios da Cultura do Brasil e a Secretaria de Estado da Cultura de Portugal”, assinado no Rio de Janeiro em 29 de abril, linguista Antonio Houaiss, defendia um “...levantamento sistemático do acervo cultural

de um país existente no território do outro, inclusive através da criação do centro informatizado de documentação cultural” (Houaiss, 1993, p.1). Houaiss foi capaz de lembrar da importância desse levantamento também para Portugal, que em 1994 teria sua capital lisonjeada pelo título de "Capital Cultural Européia". O filólogo destacava também que esse intercâmbio documental servia para o bom desenvolvimento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, do qual ele foi um dos principais articuladores. Note-se que Houaiss deixou registrado no dito memorandum o esforço de convencer os portugueses dos benefícios de abrir seus acervos e participar do intercâmbio, difundindo sua cultura e forma de utilização da língua para um mercado mais amplo de consumidores da língua portuguesa, o Brasil. Como representante de uma língua que podia servir como ponte entre a Europa e a América, o pequeno país tinha sua representatividade redimensionada em tempos de Troika. Para mais, esse foi um dos primeiros documentos dos anos 1990 a ressuscitar a memória do Acordo Cultural firmado entre Portugal e o Brasil, assinado em Lisboa no dia 7 de setembro de 1966, o que demonstrava que o Brasil estava inclusive disposto a manter algumas das ideias conservadoras que mantiveram os militares no poder por tantos anos em sua política de informação, ainda que Houaiss tenha sido tão denegrido por suas posturas políticas de esquerda⁵.

O diplomata Jerônimo Moscardo e o advogado Luiz Roberto Nascimento Silva sucederam Antonio Houaiss no posto de Ministro da Cultura. Enquanto o diplomata teve rápida passagem, o advogado teve cerca de 2 anos para desenvolver, sobretudo, uma nova lei do audiovisual que reinjetou recursos no Ministério da Cultura. No cargo por ainda mais longo período, contudo, esteve o cientista político Francisco Weffort, cuja importância para o projeto de “resgatar” os documentos históricos do Brasil fora do Brasil foi inquestionável.

Professor de ciência política da USP, casado com a então diretora da Fundação Biblioteca Nacional, Helena Severo, Weffort agradecia a participação de Itamar Franco na assinatura do “Acordo entre o Instituto de Investigação Científica Tropical e o Ministério da Cultura do Brasil para a Microfilmagem de Documentação sobre o Brasil-Colônia existente no Arquivo Histórico Ultramarino”. O dito acordo disponibilizava a documentação de Minas

⁵ Vale a pena destacar que não muito depois disso, seria lançado o primeiro Dicionário da Língua Portuguesa, composto por Houaiss, com uma versão digital, em CD Room, para facilitar as buscas pelo léxico da língua de Camões. A ideia de um repositório digital com um sistema de buscas simples executáveis sem a necessidade de conexão a qualquer rede, ainda que a internet não fosse universal naquela época, foi a mesma replicada na “caixa” do *Resgate* anos depois. O que leva a crer que as soluções políticas e tecnológicas encontradas por Antonio Houaiss não passaram despercebidas por Esther Caldas Bertolotto.

Gerais como uma espécie de Projeto Piloto para o que seria o *Resgate*. Terra comum para Itamar Franco e para o professor Caio César Boschi, que ficaria à frente dessa cooperação porque já havia publicado um guia de fontes para o estudo do Brasil e especialmente das Minas Gerais nos arquivos portugueses. Tanto a metodologia do professor na catalogação do material, quanto no contato com os recursos humanos e históricos desses arquivos foi essencial para que o projeto se desenvolvesse como se desenvolveu. Consoante, no item 9 desse Acordo se esclarecia que "Todos os encargos decorrentes de operações de microfilmagem serão suportados pela parte brasileira, designadamente trabalhos executados por funcionários do AHU e/ou os decorrentes da eventual necessidade de recurso a serviços de empresas especializadas naquele tipo de trabalho". Ou seja, a indexação, o reacondicionamento e a microfilmagem do acervo português foram financiados pelo governo brasileiro, ainda que haja indícios de que instituições portuguesas, à exemplo da Fundação Calouste Gulbenkian, também ajudaram a financiar o projeto, como se pode depreender dos diversos documentos presentes no Teleporto FBN, cuja melhor sistematização poderia resultar em uma maior clareza da contabilidade do projeto.

Uma versão mais amadurecida do mesmo documento seria apresentada no "Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Justiça do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros de Portugal", assinado no Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1995. O documento começava por enunciar o Acordo Cultural de 1966, o Protocolo de 1983 e a Ata da VII Reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, ocorrida em Brasília de 13 a 15 de março de 1989, bem como a Declaração Conjunta de Lisboa, firmada em 21 de julho de 1995. Depois, reafirmava e sistematizava os documentos produzidos entre 1983 e 1995 como antecedentes para a criação e execução do dito protocolo.

Um mês depois, com a Portaria no. 1248 de 25 de setembro de 1995, o ministro da Justiça iria designar o CONARQ, - Conselho Nacional de Arquivos, órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional, criado pelo artigo 26 da Lei no. 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e regulamentado pelo decreto n. 1.173 de 29 de junho de 1994 -, como executor do protocolo de 16 de agosto de 1995. Ou seja, tratava-se de uma institucionalização irreversível da proposta de microfilmagem de documentação, a bilateralidade dessa institucionalização, por sua vez, seria garantida pela criação da COLUSO.

Vale esclarecer que a Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO foi criada com o objetivo primordial de facilitar o

intercâmbio de informações entre os acervos arquivísticos do Brasil e de Portugal, promovendo a organização, inventariação e pesquisa dos documentos históricos que refletem a história comum dos dois países. Surgiu através do referido protocolo de colaboração assinado entre o Ministério da Justiça do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros de Portugal. Para operacionalizar esses esforços de cooperação bilateral, o item 5 do Protocolo de Colaboração estabeleceu a criação de uma comissão bilateral, formalizada pela Portaria nº 1248 de 25 de setembro de 1995, que designou o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) como o órgão executor no Brasil. Segundo a Portaria no. 131/95, de 09 de outubro de 1995, no Brasil, essa comissão incluía Jaime Antunes da Silva, Diretor-Geral do Arquivo Nacional, Caio César Boschi, professor da PUC/MG e Esther Caldas Guimarães Bertoletti, servidora da FBN⁶.

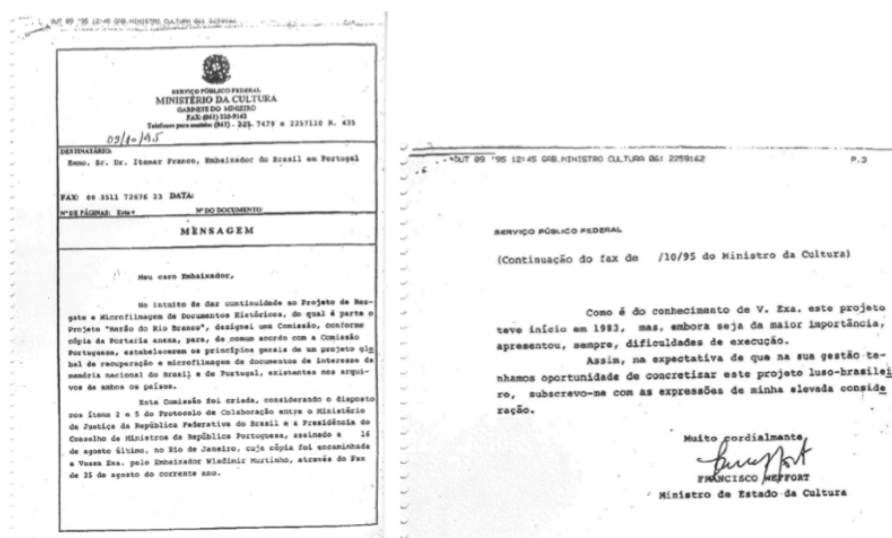
Em 1995, um fax enviado por Francisco Weffort em 10 de outubro a Itamar Franco, então embaixador do Brasil em Portugal, finalmente se nomeava o “Projeto Global de recuperação e microfilmagem” como “Projeto Resgate”. No referido documento, Weffort afirmava que “este projeto teve início em 1983, mas, embora seja da maior importância, apresentou, sempre, dificuldades de execução.” (Weffortt, 1995, p.1). Ao nomear o projeto, mesmo que de maneira despretensiosa e não oficial, Weffort criou uma força que pode ser notada em todos os documentos que se seguiram, já não era necessário explicar o projeto ou intitulá-lo com uma longa frase a fim de convencer as pessoas a participarem das reuniões que se convocava para o seu desenvolvimento, a palavra “resgate” era suficiente para que se soubesse que se tratava do inventário, curadoria, indexação e cópia em saís de prata da documentação do/sobre o Brasil durante o período colonial que se encontrasse fora do Brasil, com vistas à divulgação digital em meio acadêmico e comunidade interessada na história do país, dentro e fora do Brasil. Pela palavra “resgate”, a partir de então, também era tácita a articulação entre o MinC, a FBN e o MRE.

Para mais, Weffort previa a assinatura do documento firmado entre os dois países em 10 de outubro de 1995, data em que se pode comemorar o aniversário de nascimento do

⁶ Vale dizer que a COLUSO não se limitou apenas à troca de microfilmes, expandindo suas atividades através da assinatura de um novo Protocolo em 5 de setembro de 2001, envolvendo o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República do Brasil e os Ministros da Cultura de ambos os países. Este novo documento estabeleceu metas adicionais como o intercâmbio de bases de dados, o desenvolvimento de programas de microfilmagem, a realização de colóquios, exposições e concursos monográficos, além de incentivar a criação ou fortalecimento de linhas de pesquisa sobre a História comum e a troca de especialistas na área de arquivos e bibliotecas.

projeto que o ministro tinha acabado de batizar. Esse documento, uma espécie de acordo técnico de cooperação, contou com a firma de Esther Caldas Bertoletti, coordenadora técnica do *Resgate* pelo MinC e Joaquim Alberto da Cruz e Silva, representando o IICT/PT, e permitia a execução dos trabalhos do Resgate no AHU. O dito acordo teve como testemunha o presidente Itamar Franco que, logo depois, enviou uma carta de exortação de felizes trabalhos aos envolvidos no projeto. No final desse mesmo ano, o professor Caio César Boschi publicou, pela editora da UFMG, uma versão reeditada do sumário das fontes históricas do Brasil e/ou de interesse do Brasil em território português. Essa obra foi considerada uma das principais bases para a primeira etapa de execução sistemática do *Projeto Resgate*⁷.

Fotografias 07 e 08: Fax de Weffort a Itamar Franco



Fonte: Fac-símile do Fax de Weffort a Itamar Franco em 09 de outubro de 1995 aludindo ao projeto de compilação da documentação do Brasil fora do Brasil como Projeto "Resgate", na sala 01 do Projeto Resgate, Teleponto/FBN, Fotografia tirada em Missão UNESCO de Setembro de 2024.

⁷ As obras consideradas como referências para os levantamentos do *Resgate*, de acordo com o documento em foco eram: 1) BOSCHI, C. Roteiro-Sumário dos Arquivos Portugueses de interesse para o pesquisador de História do Brasil. São Paulo. Ed. Arquivo do Estado, 1986. 2) CALMON, P. Arquivos portugueses e História Brasileira. In: RIHGB, vol. 192, Rio de Janeiro, 1946. 3) NUNES, Maria Thetis. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no AHU. Programa de Documentação e Pesquisa Histórica. Ed. UFS, Aracaju, s/d. 4) RODRIGUES, J.H. A pesquisa histórica no Brasil. São Paulo. Coleção Brasileira, 1978. 5) WATERS, Donald. From microfilm to digital images. Report. Jun.1991. The Commission on Preservation Access. Washington D.C. Jun. , 1991.

Entre os anos de 1996 e 1999, quando a versão digital do *Resgate* foi distribuída para as universidades públicas do Brasil, muitos foram os acordos, protocolos e memorandos publicados, podendo-se mesmo distinguir uma aceleração digna de um texto separado, como se espera redigir. Paralelamente, a atuação incansável de Esther Bertolette e de Wladimir Murtinho no levantamento dos recursos necessários para a execução do projeto foi condição essencial para que, então, o projeto saísse do papel e hoje essa história fosse escrita. O que distingue o ano de 1995 do ano de 1996 não é tanto o produto que foi entregue por aqueles que fizeram as cópias dos documentos, uma vez que a base das cópias digitais, nesse intervalo de tempo, foi realizada em saís de prata, mas sim as expectativas dos debates de um e outro ano. Até 1995 a ideia que guiava o *Resgate* era a preservação dos documentos e o seu acesso num contexto de assegurar o fluxo da informação em tempos de trânsito limitado. A partir de 1996, o tom do *Resgate* era o da acessibilidade ampla dos documentos em tempos de globalização. Ainda que não possamos discutir plenamente as diferenças desses dois quadros gerais, por limitação de espaço, até 1995 viu-se a criação do projeto até sua era de prata. Daí em diante, uma nova história, digital, seria escrita.

Considerações Finais

É importante destacar que a história do projeto em foco é longa e chegou até os anos 2020. Nas próximas publicações, espera-se poder apresentar uma história da segunda fase do projeto, de 1996 até 2015, quando o projeto foi executado pelo MinC na FBN em 9 países, e de sua etapa mais recente, de 2015 até 2026, quando a UNESCO se tornou uma parceira oficial da FBN e novas inspirações foram acrescidas ao projeto. Nesse primeiro recorte, de 1966 até 1995, se pretendeu apresentar a pedra fundante do *Resgate*. Como foi assinalado, embora haja um precedente antes de 1966, nunca houve sistematicidade suficiente para perfilar um projeto único, nem se fundamentou esse projeto na mesma diretriz do que foi realizado de 1995 em diante: a preservação e a democratização da informação e do conhecimento no/sobre o Brasil, bem como o investimento no incremento de uma rede de sociabilidade internacional de saberes sobre o Brasil.

Para mais, a história que se apresentou aqui teve lugar nas mesas dos burocratas e analistas de tecnologia que fizeram com que todas essas outras histórias pudessem se realizar.



Num tempo e espaço em que poucas vezes se reconhece a importância da burocracia como agente equalizador do acesso à informação e garantidor do direito de todos, em que poucas vezes se destaca o mérito dos servidores públicos na renovação e manutenção de um Estado Público de Direito, esse artigo é uma forma de agradecer a todas essas pessoas que devotaram parte do seu tempo e da sua verve à construção e democratização da História no Brasil. Esse artigo é uma forma de agradecer aos trabalhos, tempo e esforços dos funcionários públicos, servidores de carreira e consultores eventuais, da Biblioteca Nacional, do Ministério da Cultura e do Ministério das Relações Exteriores pelo *Projeto Resgate*.

Referências bibliográficas

FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL. ACERVO PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO. Acordo entre o Instituto de Investigação Científica Tropical e o Ministério da Cultura do Brasil para a microfilmagem de documentação sobre o Brasil-colonial existente no Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa, 10 out. 1995.

_____. Arquivo central de microfilmes dos documentos relativos ao Brasil no exterior. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1982.

_____. Carta de Esther Caldas Bertoletti a Joaquim Alberto da Cruz e Silva. 12 jun. 1996.

_____. Carta de Esther Caldas Bertoletti a José Blanco. Lisboa, 21 fev. 1996.

_____. Carta de Esther Caldas Bertoletti a Marisa Cassim. Ref.: Projeto Resgate dos documentos históricos sobre o Brasil Colônia existentes no exterior – Arquivo Histórico Ultramarino – Capitania de Pernambuco. [s.d.].

_____. Carta de Esther Caldas Bertoletti ao Cônsul Geral de Portugal em Salvador. [s.d.].

_____. Carta de José Blanco a Esther Caldas Bertoletti. Ref.: Projeto Resgate - Códices. Lisboa, 14 fev. 1996.

_____. Carta de Leopoldo Collor Jobim a Ester (Bertollette). 16 nov. 1982.

_____. Comunicação do Presidente da República Itamar Franco com o diretor do Instituto de Investigação Científica Tropical acerca do Projeto Resgate, Alberto Cruz e Silva. Lisboa, 20 jun. 1996.

_____. Conjunto completo das 2 caixas de CDs que foram distribuídas a partir de 1999 para as universidades e bibliotecas públicas brasileiras.

_____. Direzione Generale degli Archivi di Stato. Guida delle fonti per la storia dell'America Latina esistenti in Italia. Elio Lodolini. Roma, 1976.

_____. Fundação Nacional Pró-Memória. Anteprojeto. 1983.

_____. Fundação Nacional Pró-Memória. Comunicado interno. Marisa Ricupero para Roberto Cláudio Sabato Moreira (presidente do GT). 22 jun. 1983.

_____. Fundação Nacional Pró-Memória. Minuta do Programa Integrado de Microfilmagem de Documentos Brasileiros. 1982.

_____. Fundação Pró-Memória. Relatório apresentado por Leopoldo Collor Jobim a Célio da Cunha. 26 jan. 1984.

_____. Inventário geral dos códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil (fontes para a história luso-brasileira). Projeto de Resgate através da microfilmagem sistêmica da documentação histórica colonial existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Microfilmagem dos códices inventariados por Alberto Iria. Revista *Stvdia*, n. 18, ago. 1964.

_____. Ministério da Cultura de Portugal. Declaração. Esther Caldas Bertoletti. Rio de Janeiro, [s.d.].

_____. Ministério da Cultura. Carta para o Encarregado da Seção Consular da Embaixada de Portugal. Ref.: Viagem para Lisboa de pesquisador vinculado ao Projeto Resgate dos documentos coloniais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. 31 jul. 1998.

_____. Ministério da Cultura. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/CNDPCP. Arquivo Secreto do Vaticano. Arquivo da Nunciatura em Lisboa. Documentação referente ao Brasil. [s.d.].

_____. Ministério da Cultura. Esther Caldas Bertoletti. Secretária de Articulação Institucional Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Discriminação dos pagamentos a serem feitos com os recursos do destaque do Projeto Resgate. [s.d.].

_____. Ministério da Cultura. Gabinete do Ministro. Assessoria Especial. Projeto de resgate de documentação histórica “Barão do Rio Branco”. Considerações sobre um pré-projeto de resgate através da microfilmagem sistêmica dos documentos sobre o Brasil Colônia existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentos manuscritos avulsos sobre a Capitania do Maranhão (1610-1833). Rio de Janeiro, abr. 1995.

_____. Ministério da Cultura. Observação confidencial sobre a situação do Projeto Recuperação do Acervo Histórico em Lisboa. [s.d.].

_____. Ministério da Cultura. Ofício de 6 de junho de 1998 destinado à Coordenação de Ciências Humanas do CNPq.

_____. Ministério da Cultura. Secretaria de Intercâmbio e Projetos Especiais. Projeto de Resgate através da microfilmagem sistêmica da documentação histórica colonial existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Microfilmagem dos códices inventariados por Alberto Iria. Rio de Janeiro, Brasília, Lisboa, 1994.

_____. Ministério da Educação e da Cultura. Ofício no 065/83, enviado em 04 fev. 1983.

_____. Ministério da Educação e da Cultura. Portaria no 304, de 30 de dezembro de 1981. Grupo de Trabalho para estudar a automatização dos serviços das bibliotecas do Ministério da Educação e da Cultura.

_____. O Arquivo das Índias e o Brasil: documentos para a história do Brasil existentes no Arquivo das Índias de Sevilha. Departamento de Imprensa Nacional, 1966.

_____. Ofício de Esther Caldas Bertoletti ao presidente do CNPq José Galizia Tundisi. [s.d.].

_____. Ofício enviado pelo secretário de Articulação Institucional Márcio Augusto Freitas de Meira ao embaixador Edgard Telles Ribeiro. Assunto: Destaque orçamentário “Projeto Resgate Barão do Rio Branco”. [s.d.].

_____. Processos 70.0010/86 e 70.0011/86. Microfilmagem e transcrição dos livros da Câmara Municipal de São Luís e laboratório de restauração e conservação de papéis. 1987.

_____. Projeto Portugal. Documentação. Antecedentes 1982-1986. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

_____. Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa. Lisboa, 15 dez. 1983.

_____. Acervo colonial manuscrito: inventário e democratização do acesso. Rio de Janeiro, 1996.

_____. Acordo de intercâmbio cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, através da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca Nacional de Lisboa. Rio de Janeiro, 03 abr. 1987.

_____. Atos oficiais Brasil-Portugal. [s.d.].

_____. BRASIL. Leis, decretos, etc. Portaria no 01, de 15 de fevereiro de 1984.

_____. BRASIL. Leis, decretos, etc. Portaria no 1248, de 25 de setembro de 1995.

_____. Catálogo da Exposição Histórico-Documental Luso-Brasileira. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Investigação Científica Tropical, Arquivo Histórico Ultramarino, abril- maio, 1982.



_____. Comissão criada pelo Ministro da Cultura em outubro de 1995 e acordos com o Instituto de Investigação Científica Tropical/Arquivo Histórico Ultramarino para organização e microfilmagem dos documentos da Capitania de Minas Gerais (10 de outubro de 1995) e das Capitanias do Maranhão, Pará, Rio Negro e Códices (25 de setembro de 1996). Lisboa.

_____. Memorandum de Entendimento entre o Ministério da Cultura do Brasil e a Secretaria de Estado da Cultura de Portugal. 29 abr. 1993.

_____. Ministério da Cultura Assessoria Especial. Projeto Resgate da documentação sobre o Brasil Colônia existente no exterior. “Projeto Barão do Rio Branco”. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Rio de Janeiro/Brasília/Lisboa.

_____. Ministério da Cultura. Projeto Resgate. Relatório resumido. Outubro de 1999.

_____. Ministério da Justiça/Conselho Nacional de Arquivos/CONARQ. Comissão luso- brasileira para salvaguarda e divulgação de patrimônio documental/coluso. Portaria no 12, de 27 de fevereiro de 1996.

_____. MORAES, Rubens Borba de. Nota sobre o levantamento de microfilmagem de documentos no estrangeiro relativos ao Brasil. Relatório técnico no 6, de 25 de agosto de 1975.

_____. Projeto de elaboração de um arquivo central de microfilmes relativos ao Brasil existentes no exterior. Fundação Alexandre de Gusmão. Palácio do Itamaraty. Leopoldo Collor Jonim (coord.). Rio de Janeiro, 1982.

_____. Protocolo de colaboração entre o Ministério da Justiça do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros de Portugal. Rio de Janeiro, 16 ago. 1995.

_____. Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa. 15 dez. 1983.

_____. Resolução no 4212 da UNESCO, de 23 de novembro de 1974. 18a reunião, sobre transferência de acervos coloniais. Actas de la Conferencia General. Volumen 1. Resoluciones. 18a reunión. Paris, 17 de octubre – 23 de noviembre de 1974.

_____. Revista “Microfilmando”, 1963. Acervo Teleporto.

_____. Rotinas para orientação das demandas de microfilmagem de acervos coloniais. [s.d.].